

A LINDA HISTÓRIA DA AMÉRICA:

O ideal americano no discurso histórico de “La Edad de Oro” de José Martí

Olga Sofia S. Santos Freitas ¹

RESUMO: *Entre julho e outubro de 1889, o escritor e político cubano José Martí publicou os quatro números da revista “La Edad de Oro”, dedicada às crianças da América. É no contexto da atividade literária do século XIX, sempre permeada pelo ideal de “missão” política e de modernização, particularmente dentro do pensamento americanista latino, que analiso esta obra, gravitando em torno das idéias de “herói”, “anticolonialismo” e “espírito americano” que permeiam a obra. Martí, através de sua narrativa, tece um discurso histórico romântico sobre os heróis e vilões da América (de forte conteúdo anticolonialista), visando despertar um sentimento de identidade, de identificação das crianças enquanto americanas, o ser e sentir-se americano. O despertar do “espírito americano” é evocado em oposição à importação de ideais exógenos, condenada por Martí.*

Palavras-chave: América. Identidade. Literatura Infantil.

ABSTRACT: *Between July and October 1889, the Cuban writer and politician José Martí published the four numbers of the magazine “La Edad de Oro”, dedicated to the children of America. It is in the context of literary activity in the XIXth century, always involved with the ideal of political “mission” and of modernization, particularly inside latin americanist thought, that I analyze this work, gravitating around the ideas of “hero”, “anti-collonialism” ans “American spirit”, which pervade the work. Martí, through his narrative, weaves a romantic historical argument about the heroes and villains of America (of strong anti-collonialist content) with the intention of creating a feeling of identity, of the child’s identification as American, to be and to feel American. The awakening of the “American spirit” is evoked in opposition to the importation of exogenous ideals, condemned by Martí.*

¹ Universidade Federal do Maranhão

Key-words: America. Identity. Children's Literature.

“Quem trabalhou no encaixe das estátuas de Chichen-Itzá? Aonde foi o povo forte e sensível que idealizou a casa redonda do Caracol; a casinha da Casa das Monjas em Uxmal? Que história tão linda a história da América!”.
(*La Edad de Oro*, José Martí).

De julho a outubro de 1889, o cubano José Martí (então residindo em Nova York) publicou, pelo editor A. da Costa Gómez, as quatro edições de uma Revista ilustrada de recreio e instrução, dedicada “às crianças da América”, intitulada “La Edad de Oro”. José Martí era um intelectual engajado, ativista político, escritor prolífico, poeta, jornalista cuja prosa incendiária de forte conteúdo anticolonialista figurava em vários periódicos da América Latina e dos Estados Unidos. Em Cuba, é considerado o mártir da independência, tendo morrido em 1895, aos 42 anos, em batalha. A obra de Martí é diversificada, abrange poesia, correspondência, discursos, crônicas, ensaios e teatro. Podemos, não obstante, eleger um tema que une toda a sua obra: a América. A América e sua liberdade, a América e sua originalidade, a América e sua identidade. Por que, então, em 1889, no auge de sua militância política contra o colonialismo espanhol, o intelectual dedicaria seu tempo a uma empresa como “La Edad de Oro”? Tentarei responder essa pergunta ao analisar as idéias de *herói, anticolonialismo e espírito americano* expressas no discurso histórico desta singular obra da literatura infanto-juvenil latino-americana.

O HERÓI AMERICANO

No primeiro número de “La Edad de Oro”, após uma dedicatória com uma calorosa apresentação às crianças da América, Martí inicia seu primeiro texto em prosa, uma narrativa histórica intitulada “Três Heróis”¹. Este é um texto que exprime de maneira clara e encantadora a visão de história do autor, através do relato da trajetória dos três grandes heróis da libertação da América: Bolívar, Hidalgo e San Martín. Nele predomina uma visão romântica da história, sendo ressaltado o papel dos heróis na luta pela liberdade e pela pátria.

Uma das mais influentes correntes filosófico-literárias do século XIX foi, sem dúvida, o romantismo. Dentre as características mais fortes desse pensamento (que, de forma

alguma se tratou de um movimento intelectual organizado) prevalecem: uma tendência à síntese universal (surgem, no início do século XIX, as grandes coleções documentais e os compêndios de História Universal); uma clara noção do processo histórico como progresso (ressaltando a Europa como região privilegiada da civilização); e, por fim, a história dos povos como afirmação do sentimento de povo, de nação, de pátria (resgate das histórias nacionais). Nessa concepção prevalece, também, uma idéia de história movimentada pelos grandes homens. Encaixa-se nessa corrente filosófica o pensamento do inglês Thomas Carlyle (1795-1881) apresentando uma concepção heróica da história, influenciada pelo idealismo alemão.

A história universal, a história que a Humanidade levou a cabo neste mundo, não é, no fundo, senão a história dos grandes homens que para isso trabalharam. Eles, estes grandes homens, foram os guias da Humanidade, eles foram os escultores, os protótipos e, no mais completo sentido, os criadores de quanto a multidão dos homens levou a cabo e conseguiu².

Para Carlyle, a virtude fundamental do *herói* é a sinceridade; com ela, pretende-se abarcar, no entanto, não apenas a absoluta defesa da verdade reconhecida, mas também a capacidade de perscrutar o real, descobrindo o divino no mundo. Ao grande homem, só interessa uma coisa: ser grande. Para Martí, a História não pode se realizar sem a presença e a atuação do herói. Há de se entender, no entanto, o que faz de um homem um *herói* para Martí.

Há homens que vivem contentes mesmo que vivam sem dignidade. Há outros que padecem como em agonia quando vêem que os homens vivem sem dignidade ao seu redor. No mundo deve haver certa quantidade de dignidade, como deve haver certa quantidade de luz. Quando há muitos homens sem dignidade, há sempre outros que têm em si a dignidade de muitos homens. Esses são os que se rebelam com força terrível contra os que roubam aos povos sua liberdade, que é roubar dos homens sua dignidade. Nesses homens vai um povo inteiro, vai a dignidade humana. Esses homens são sagrados³.

Liberdade, dignidade e justiça parecem, para Martí, constituir uma coisa só. O herói é um indivíduo especial (“iluminado”), que reúne em si dignidade (que o caracteriza), justiça (que o constitui) e liberdade (pela qual luta). Em um mundo onde a injustiça está estabelecida, ele se destaca da maioria, que vive contente mesmo sem dignidade, toma sobre si o peso da indignidade alheia, e se rebela contra a força que rouba dos homens a sua liberdade. Não apenas um homem justo, o herói é o símbolo ou criador de algo maior: seu senso de justiça pode ser responsável pela libertação de uma nação, ou de um povo.

No discurso independentista do início do século XIX, liberdade também era um valor fundamental, uma consequência imediata da independência da dominação espanhola.

No entanto, se todos tinham o desejo expresso de atingi-la, não parecia haver um consenso a respeito do que seria essa liberdade. Segundo Maria Ligia Prado, no oceano das propostas político-ideológicas da independência, a palavra *liberdade* tem um significado plural. Para alguns poucos líderes populares, liberdade significaria não só o fim da opressão espanhola, mas o enfrentamento de vários problemas sociais, como a humilhação e servidão da população indígena, e a restituição das terras a essa população (a exemplo do México). Para outros, ainda, a liberdade significava o fim da escravidão negra (como no Haiti). No entanto a *liberdade* significava, na maioria das vezes, o rompimento com o passado colonial e com a dominação da Espanha, resultando em livre comércio com outras nações livres, o que criaria nações prósperas, que serviriam de exemplo para todo o mundo. A independência na América Espanhola se fez em nome de ideais liberais e, sobretudo, “justificando os interesses dos setores dominantes criollos que mantiveram a direção política do processo”⁴.

Para Martí, “liberdade é o direito que todo homem tem de ser honrado, de pensar e falar sem hipocrisia”⁵. Em suma, liberdade de ação e de expressão tendo em vista uma verdade ou um bem maior (“sem hipocrisia” poderia significar, talvez, sem ser falso à essência, ou “espírito” que constitui o indivíduo). Viver sem liberdade é viver indignamente – liberdade é o estado natural da Humanidade. Até mesmo “as bestas precisam ser livres para viver felizes”. No entanto, “há homens que são piores que as bestas”, porque vivem sem liberdade. “Na América não se podia ser honrado, nem pensar, nem falar”, ou seja, vivia-se sem liberdade sob o domínio da Espanha, vivia-se contra a própria natureza, “como a lhama que tem muita carga sobre si; era necessário tirar a carga ou morrer”. A liberdade, a independência, portanto, era (ou é) questão de vida ou morte. Lembremo-nos que, em 1889, Cuba ainda se encontrava sob o domínio da Espanha, e uma narrativa que diz respeito às guerras de independência de 1810-1823, poderia ter as suas “lições” a ensinar àquela geração (aqueles que construiriam a nova América).

O oposto do herói (o homem honrado), é o homem que se coloca em uma postura contrária à liberdade, ou não exerce sua liberdade natural (o direito de ser honrado, pensar e falar sem hipocrisia).

Um homem que oculta o que pensa, ou não se atreve a dizer o que pensa, não é um homem honrado. Um homem que obedece a um mau governo, sem trabalhar para que o governo seja bom, não é um homem honrado. Um homem que se conforma em obedecer a leis injustas, e permite que pisem no país em que nasceu os homens que o maltratam, não é um homem honrado⁶.

Vemos, portanto, que não basta cumprir um determinado código para ser honrado. Coadunar com um governo injusto, com leis injustas e, mesmo não se manifestar para denunciar a injustiça, não é ser honrado. Trata-se, por certo, de uma crítica àqueles que, embora não participassem ativamente da repressão colonial, consentiam para que esta acontecesse, desde que não fossem prejudicados. Para Martí, também não é honrado aquele que “permite que pisem no país em que nasceu os homens que o maltratam”. Justifica, portanto, a luta contra aqueles que oprimem a América – a luta contra aqueles que levam a cabo o domínio colonial.

Há também uma preocupação explícita de Martí em educar o seu público-alvo (a criança) em relação à liberdade.

O menino, desde que pode pensar, deve pensar em tudo o que vê, deve padecer por todos os que não podem viver com honradez, deve trabalhar para que possam ser honrados todos os homens, e deve ser um homem honrado. O menino que não pensa no que acontece ao seu redor, e se contenta em viver, sem saber se vive honradamente, é como um homem que vive do trabalho de um enganador, e está a caminho de ser enganador⁷.

A criança (mais especificamente o menino, aquele que terá uma vida pública ativa) deve ter consciência de si mesmo, e consciência daqueles que estão à sua volta; deve exercer sua liberdade e sofrer ao reconhecer que existem aqueles ao seu redor que não têm essa liberdade. Martí mostrara uma consciência política bastante precoce, e poderia, talvez, esperar que com as crianças que lessem “La Edad de Oro” acontecesse o mesmo. Através da instrução, do “pensar em tudo o que vê”, a criança virá a ser honrada (livre) e, para não se tornar um enganador, não se contentará em “viver sem saber se vive honradamente”, mas batalhará para que todos partilhem da liberdade. Martí busca evocar um senso de responsabilidade e de dever, uma consciência de cidadania e de vida em sociedade para um bem maior. Busca, enfim, criar “homens de seu tempo”, que lutem por um mundo mais justo, ou que venham a construir um mundo mais justo no futuro.

Esta é a importância vital do herói para a história: ele luta pela liberdade, assegurando a preservação daquele espírito que anima os homens à sua volta. Em outras palavras, o *herói americano* é aquele que luta pela liberdade da América. O maior herói americano para Martí é, sem dúvida, Bolívar. Conta que, uma noite, um viajante chegou a Caracas e, antes de procurar abrigo ou comida, procurou a estátua de Bolívar – quando a encontrou, sozinho, entre as árvores da praça, chorava comovido, como um filho que encontra o pai. Fez bem esse viajante, diz ele, “porque todos os americanos devem amar

Bolívar como a um pai, porque esse lutou para que a América fosse do homem americano”⁸. A América inteira estava apenas despertando, mas Bolívar foi o iniciador, o primeiro e maior libertador. Ao herói cabe a decisão de ir à guerra – é o homem de ação. Eles são homens que não se cansam quando os povos se cansam. “A América estava cansada, mas Bolívar não desistiu enquanto sua terra não era livre”. Bolívar é uma figura quase sobrenatural. Seus feitos são celebrados por Martí:

Voltou um dia a lutar com trezentos heróis, com os trezentos libertadores. Libertou a Venezuela. Libertou Nova Granada. Libertou o Equador. Libertou o Peru. Fundou uma nova nação, a nação da Bolívia. Ganhou batalhas sublimes, com soldados descalços e quase nus. Tudo se estremecia e se enchia de luz ao seu redor. Os generais batalhavam ao seu lado com coragem sobrenatural. [...] Jamais se batalhou tanto, nem se batalhou melhor no mundo pela liberdade⁹.

Lutou pela dignidade, pela honra, pela liberdade. Bolívar, o pai, não só defendeu ardentemente o direito dos homens de governarem a si mesmos, como também o direito da América de ser livre. Depois de grandes vitórias, e algumas derrotas, abandonado no fim de sua vida “morreu mais pela tristeza no coração do que pelo mal do corpo [...] morreu pobre e deixou uma família de povos”.

Já sobre Hidalgo, do México, ressalta que era homem de boa raça, que buscava o conhecimento. Exalta seu senso de justiça e de caridade. O padre do povoado de Dolores “[...] tinha fogo dentro de si [...] de vez em quando era possível ver seus olhos verdes brilharem”. Lembra que ele lia os livros dos filósofos das luzes “[...] que explicaram o direito do homem de ser honrado, e de pensar e de falar sem hipocrisia”. Horrorizou-se ante a escravidão dos negros, e tratou os índios como se fossem seus irmãos pequenos. Reunia-se na casa de alguns liberais, para planejar a liberdade do México. Quando foi delatado por um traidor

O padre montou a cavalo, com todo o seu povo, que o amava como se seu coração fosse; foram-se juntando a ele os peões e os servos das fazendas, que eram a cavalaria; os índios iam a pé, com pau e flechas, ou com estilingues e lanças [...]. No outro dia o conselho se juntou e o fizeram general, e um novo povo começou a nascer¹⁰.

Destaca, também, sua grande compaixão: “Ele avisava aos chefes espanhóis que se os vencesse na batalha, seriam recebidos em sua casa como amigos. Isso é ser grande!”. Morreu de maneira cruel e humilhante. A luta foi sangrenta, mas o valor e a luta do sacerdote parecem ter prevalecido. “Enterraram os cadáveres sem cabeça, mas o México é livre”¹¹.

Por fim, San Martín, do Rio da Prata, o pai da República Argentina, parece ser o mais austero. Seguiu carreira militar, foi à Espanha lutar contra os franceses. Mas, assim que soube que a América lutava para se libertar, retornou: “que lhe importava perder sua carreira se ia cumprir com seu dever?”. Não parecia tão compassivo ou dado a discursos sobre justiça e liberdade como os outros heróis. “Falava pouco: parecia de aço; olhava como uma águia: ninguém o desobedecia. Seu cavalo ia e vinha pelo campo de batalha como um raio pelo ar”. Mas, por outro lado, foi o mais efetivo, e o mais vitorioso. É, por excelência, o herói de guerra, o homem de ação. “Chegou a Buenos Aires, não fez discursos, levantou um esquadrão de cavalaria”. E onde San Martín chegava, a América continuava sendo livre. Morreu Hidalgo, morreu Bolívar, mas ele continuava vitorioso. Quando morreu “escreveu seu testamento em um pedaço de papel, como se fosse parte de uma batalha”.

Todos os “Três Heróis”, os pais das nações livres, têm em comum, sobretudo, seu senso de justiça. Todos pegaram em armas, foram os homens que lutaram pela liberdade da América. Para Martí, esses heróis são sagrados, e todos os americanos devem ter por eles devoção. O culto aos heróis da libertação, e uma narrativa tão impressionante, causa um impacto instantâneo, e busca despertar no leitor um sentimento de identificação com aqueles que foram os líderes, os construtores daquilo que elas, as crianças, deveriam amar e ajudar a construir no futuro: a América e a sua liberdade.

Mas Martí não se concentra apenas no herói de guerra. Um exemplo singular de herói martiano é o padre Bartolomé de Las Casas. Em seu texto intitulado “O Padre Las Casas”¹², conta a história do padre espanhol que, no século XIV, durante a colonização, dedicou sua vida à defesa do direito dos índios e à denúncia dos crimes hediondos dos espanhóis contra os indígenas americanos. Esse padre, ao contrário dos libertadores, “não tinha nenhum outro poder além de seu enorme coração”. Mas foi um homem bom e honrado.

É impossível ver um lírio e não pensar no Padre Las Casas, porque sua bondade foi incorporando naturalmente a cor branca do lírio, e dizem que era bonito vê-lo escrever, com sua túnica branca, sentado em sua poltrona enfeitada com tachinhas, brigando com a pena da ave porque não escrevia rápido. E algumas vezes se levantava da poltrona incomodado: pressionava as têmporas com as duas mãos, dava largos passos pelo seu dormitório, parecia padecer uma grande dor. Tudo isso porque estava contando no seu famoso livro sobre a Destruição das Índias, os horrores que viu nas Américas [...]. Seus olhos começavam a arder, sentava-se outra vez com os cotovelos na mesa e com o rosto cheio de lágrimas. Passou a vida assim, defendendo os índios¹³.

A imagem inicial é emblemática: a luta do bondoso padre não acontece no campo de batalha, sendo ele um homem idoso e fraco. Não foi herói de guerra, não pegou em armas.

Tal luta, no entanto, não era menos feroz, ou menos importante para assegurar a liberdade: com sua pluma, seus discursos eloqüentes, e seu grande espírito, lutava contra os espanhóis assassinos; contra os nobres e clérigos hipócritas e ricos, que apenas observavam; contra “mentirosos”, como Sepúlveda e Oviedo, que não contavam o que realmente se passava na colônia; amava os índios como se fossem seus próprios filhos, e se sentia culpado pelo seu sofrimento, “quando cortavam a mão de algum índio, sentia como se fosse seu próprio sangue que jorrasse”, conta Martí. Lutou durante meio século para que os índios não fossem escravizados. “Lutou nas Américas, lutou em Madri, lutou com o próprio rei e contra toda a Espanha, sozinho”. O padre encerra todas as características de um herói: é um homem honrado, que exerce sua liberdade no pensar e no falar, incomoda-se com aqueles à sua volta que padecem por não serem livres, e luta contra aqueles que cometem injustiças. Martí, é claro, não desmerece a grandeza dos feitos de batalha dos três heróis da América, e reconhece que “devemos ser fortes, para que quando um usurpador queira dominar nosso povo e tirar sua liberdade, possamos lutar para defendê-lo; devemos estar prontos para lutar, mas, afora isso, a força está em saber muito”¹⁴. O plano da instrução, da eloqüência, da batalha ideológica, toma uma dimensão importantíssima, sendo uma questão de vida ou morte tanto quanto a luta armada pela libertação. Para Martí, há certa identificação da missão de Las Casas com a sua própria, porque o poeta de hoje deve “castigar com a poesia, como com um chicote, aos que quiserem tirar a liberdade do homem, ou roubar com leis arditosas o dinheiro do povo, ou quiserem que os homens lhe obedeçam como carneiros”¹⁵. Esse tipo de heroísmo, não é menos importante que os grandes feitos de guerra. Seu valor reside, sobretudo, na sabedoria.

O herói martiano é, em muitos aspectos, um herói romântico. Em sua luta pela verdade, no seu papel de “condutor” da História e guia da Humanidade, figura quase sobrenatural – uma manifestação do Espírito hegeliano, para a realização do devir histórico – é a “chama” que acende o sentimento nacionalista do povo americano, que o guia na sua busca pela liberdade. No entanto, o herói martiano é, também, um herói moderno. O contraponto é feito, aqui, com uma narrativa na mesma edição da revista. Em “A Ilíada, de Homero”¹⁶, Martí introduz uma obra da literatura “universal” clássica, em uma época em que as escavações de Tróia eram recém descobertas e, além de uma tradição de crítica literária da obra, iniciava-se também a sua análise histórica. Durante uma narrativa episódica dos eventos da Ilíada, uma indicação das edições e traduções em diferentes línguas que as crianças devem procurar para melhor se instruir, e descrição das imagens poéticas que o

autor considera mais belas, aparecem pontos em que Martí se manifesta para criticar a autoridade monárquica, a teoria do direito divino dos reis e a aliança da Igreja com o Estado. Percebe-se, portanto, que o herói martiano ultrapassa os heróis de Homero porque a força não é usada a serviço de reis e grandes chefes de guerra. Não é como os heróis da Europa, subservientes a um regime monárquico, mas um herói que luta pela liberdade (de viver, de se exprimir, de pensar). Ademais, não luta apenas com a sua força em campos de batalha, mas com o seu coração e grandeza de espírito, e com sua inteligência em guerras ideológicas – pois pela força da razão, e não pela força bruta, viria a nova revolução, e a nova América. “Trincheiras de idéias valem mais que trincheiras de pedras”¹⁷. O herói de Martí é a representação do espírito de um povo: o povo americano. Luta (com armas ou com idéias) em nome da liberdade desse povo, da sua unidade, e do seu futuro. Portanto, o herói martiano é, sobretudo, um herói americano.

O ANTICOLONIALISMO

Não deixa de ser surpreendente, ao aventurar-se em um estilo literário inédito na sua carreira e bastante novo na realidade latina (o da literatura infantil), a ousadia de Martí em denunciar de maneira tão clara o domínio colonial espanhol. Não é o caso de dizer, obviamente, que Martí fora o primeiro ou o último anticolonialista das Américas. Havia um movimento independentista-anticolonialista estabelecido desde o final do século XVIII, que culminou nas guerras de independência. A estrutura burocrático-administrativa espanhola, nesse período, fazia-se presente na colônia de forma sólida, organizada e hierarquizada. Foi introduzido o sistema de intendências, que tinha por finalidade restringir as liberdades municipais, centralizar o poder e controlar energicamente o recolhimento dos impostos – contribuindo para que o espaço político dos nativos fosse ainda mais reduzido. Além disso, os privilégios outorgados aos colonos nascidos na Espanha, ao Exército e à Igreja (cujos mais altos cargos também eram ocupados por espanhóis), que limitavam as possibilidades de ascensão social daqueles nascidos na colônia, contribuíam para inflamar um já grande desejo de independência política e econômica por parte da elite crioula. O domínio espanhol na colônia se enfraqueceu a partir de 1808, com a invasão da Espanha pelas tropas de Napoleão. Foi a partir dessa época que as lideranças criollas, que já faziam propaganda independentista e anticolonialista, organizaram os movimentos revolucionários. Devemos ressaltar que, ao contrário do Brasil, as guerras de independência da América Espanhola tiveram grande participação popular (principalmente no caso do México), resultando em batalhas violentas

em diversos países, que se prolongaram de dez a quinze anos. Havia um esforço coletivo em expulsar os espanhóis do continente, e uma crença comum em uma mudança para melhor.

Em Cuba, rebeliões independentistas denunciando o domínio colonial já aconteciam desde o início do século XIX. O governo espanhol, a partir de 1825, tomou medidas severas para controlar os movimentos independentistas em Cuba: o número de soldados na Ilha foi aumentado, e foi ampliada a autoridade do governador para reprimir todas as tentativas de sublevação, e mesmo simples protestos. Até a revolução de 1868, Cuba passou por um período de grande repressão, e havia vários intelectuais e poetas que, antes de Martí, denunciavam a dominação espanhola (alguns dos quais foram mortos, outros presos, e outros deportados). No entanto, Martí procurou, com um discurso claro e usando de imagens fortes, ensinar as crianças sobre a crueldade do sistema colonial e da invasão espanhola na América, atacando suas bases políticas e religiosas. Enfim, demonstrando, através de vários exemplos, como este era um domínio, injusto e opressor, contrário ao “espírito” americano. Esta delação, baseada em um discurso histórico americanista, poderia incentivar a nova geração a não coadunar com a dominação da Espanha em Cuba, mas a lutar pela liberdade da América (lembramos que, para o autor, sem a independência de Cuba e Porto Rico, a América não poderia ser, de fato, livre).

No texto “A Ilíada de Homero”, previamente mencionado, o autor se utiliza de uma narrativa clássica, ressignificando-a para apresentar certos conceitos políticos e ideológicos, ressaltando ser essa uma narrativa de uma época em que os povos viviam guerreando entre si, e que os reis diziam ser filhos dos deuses. No entanto, a respeito do despotismo, diz que “ainda hoje dizem os reis que o direito de mandar nos povos vem a eles de Deus, que é o que chamam de “direito divino dos reis”, e não é mais que uma idéia velha daqueles tempos de batalha, em que os povos eram novos e não sabiam viver em paz”¹⁸. A partir desse momento, a Ilíada passa a ter uma nova leitura. Martí busca um discurso clássico para embasar o seu ataque contra uma das bases da dominação colonial, o poder monárquico. Ao mesmo tempo em que a teoria do direito divino é apenas uma “idéia velha”, ou seja, irracional e incompatível com a modernidade, ela vem legitimar aqueles “tempos de batalha”, quando os povos não sabiam viver em paz. O direito divino dos reis, pela comparação com a Ilíada, torna-se infundado e obsoleto, e se revela como uma “idéia” (algo irreal) autoritária e uma ferramenta de dominação.

Mas o autor não pára por aí. Na sua explicação histórica, quando um homem era muito forte e muito poderoso, e se fazia rei através da força, os outros diziam que ele era

filhos dos deuses. “Os reis se alegravam que os povos acreditassem nisso, e os sacerdotes diziam que era verdade, para que os reis estivessem agradecidos e os ajudassem. E assim mandavam juntos os sacerdotes e os reis”¹⁹. Além de criticar o despotismo, delata a aliança do poder temporal com o poder religioso, criticando, obviamente, o papel da Igreja na dominação colonial. Em vários artigos o autor criticou a educação escolástica, retórica e obsoleta, ainda existente em Cuba no final do século XIX. Mas a questão não é apenas essa. Apesar de louvar os atos de alguns religiosos em particular (Las Casas, Hidalgo), o anticolonialismo de Martí, embora não anti-religioso, é anticlerical, mostrando os sacerdotes como um grupo corrompido, que apóia e se beneficia da opressão e do despotismo espanhóis.

Como um poeta idealista²⁰, Martí provavelmente professava uma religião universal do grande Espírito, em que tudo se conduz para uma existência harmônica do diverso no todo (“tudo vai à unidade, tudo vai à síntese”)²¹. O radicalismo religioso, de qualquer vertente, era para ele sinal de um povo soberbo, e ilustrava um desejo de dominação. Sobre os gregos, diz que “acreditavam, como os hebreus, e como muitos outros povos, que eles eram a nação favorecida pelo criador do mundo, e os únicos filhos do céu na terra”²². Diz ainda, em um outro artigo, que “os gregos foram como todos os povos novos, que crêem que eles são os amos do mundo”²³. Creio que esta afirmação seja dirigida não apenas aos gregos dos tempos clássicos, mas também a um povo “novo”, cujos filhos acreditavam, segundo a visão de Martí, serem “amos do mundo” e os “únicos filhos do céu na terra”. Os Estados Unidos, segundo Martí, pretendiam reger a América pela “moralidade geográfica”. Esta é uma crítica dirigida às teorias políticas correntes que justificavam o expansionismo e as medidas imperialistas tomadas pelo governo norte-americano.

Na década de 1840, o jornalista John O'Sullivan difundiu a famosa expressão “destino manifesto”, que sintetizava a idéia de que os estadunidenses eram um povo eleito por Deus, e os EUA estavam predestinados a ser a grande nação do futuro, a “Jerusalém terrena”. Transformada logo em doutrina política pelas classes dirigentes norte-americanas, tal idéia refletia a convicção de que a expansão do território e da influência dos Estados Unidos pelo mundo seria algo historicamente inevitável, por ser sua “missão divina”. Retomando o conceito calvinista do chamamento divino, distorcido e adaptado como ideologia política, estabelecia-se na consciência nacional uma distinção fundamental entre o bem e o mal (os estadunidenses, e aqueles que se opunham a eles). Esta teoria, bem como a Doutrina Monroe (“América para os americanos”), eram largamente utilizadas por políticos de ambos os partidos (republicanos e democratas) para justificar suas medidas enérgicas

contra a América Central e do Sul. Martí criticou incisivamente o direito “autoproclamado” de dominação, de uma nação que diz “isso é meu porque preciso disso”. Creio que, embora em nenhum dos artigos de “La Edad de Oro” exista uma crítica ferrenha, como pode ser observado nos seus artigos jornalísticos, o autor também quisesse mandar o seu alerta velado àquela nova geração sobre o “desdenhoso vizinho do Norte”.

No artigo “Um jogo novo e outros velhos”, Martí faz um ataque frontal à monarquia. Ao relatar como eram as brincadeiras das crianças na Grécia antiga, entre os índios americanos antes da invasão espanhola, chega às brincadeiras da corte francesa. Mas, em vez de relatar os jogos com interesse etnográfico, como faz com os outros exemplos, comenta que a diversão com que os nobres se entretinham “não era coisa de homens”.

Henrique III foi (...) um homenzinho ridículo, como esses que não pensam mais que em se pentear e se empoar como as mulheres, e a cortar sua barba em pico. Nisso passavam a vida os amigos do rei, em brincar e em lutar por ciúmes com os bufões (...). A pobre França estava em miséria, e o povo trabalhador pagava uma grande contribuição para que o rei e seus amigos tivessem espadas de punho de ouro e roupas de seda.

Enquanto as brincadeiras de malabarismo e de futebol dos astecas são vistas como sinal de originalidade e de grande proeza física, a brincadeira da corte francesa é vista como produto do ócio de uma nobreza ridícula e fútil, que explorava o povo oprimido. O regime monárquico, responsável ainda pela sobrevivência de um grupo de “sanguessugas”, que passavam a vida a “brincar e a lutar por ciúmes”, é exposto como uma instituição opressiva, sem razão outra que a opressão do povo para o bem-estar da nobreza. O anticolonialismo de Martí é, também, antimonárquico. Em “A Ilíada de Homero”, após falar do despotismo do rei Agamêmnon, o autor ensina às crianças que “os países não se podem governar pelo capricho de um tirano, mas pelo acordo e respeito dos homens principais que o povo escolhe para explicar o modo como quer que o governem”.

No texto “O Padre Las Casas”, além de relatar a luta do herói que batalhou para acabar com a chacina de índios por parte dos colonizadores espanhóis, Martí descreve em várias passagens, com riqueza de detalhes, a crueldade dos conquistadores. Os espanhóis, que “deviam vir do inferno”, “os iam caçando com cachorros famintos para trabalhar nas minas”; “queimavam-lhes as mãos e os pés quando se sentavam porque não podiam andar”; açoitavam-nos para vê-los desmaiar, porque não sabiam dizer ao seu amo onde havia mais ouro”; “mandavam-lhes cortar as orelhas como castigo”; “marcavam-nos em carne viva, como escravos”. Além de justificar a batalha incansável do seu herói, Las Casas, essa

descrição é a imagem própria do domínio da Espanha sobre a colônia: cruel, sanguinário, desprovido de sentido racional e de piedade.

Naquele país de pássaros e de frutas os homens eram belos e amáveis; mas não eram fortes. Tinham o pensamento azul como o céu, e claro como o riacho; mas não sabiam matar, forrados de ferro, com o arcabuz cheio de pólvora. Com caroços de fruta e galhos de mamey não se pode atravessar uma couraça. Caíam, como as plumas e as folhas²⁴.

A relação de violência dos conquistadores espanhóis com os índios foi uma agressão à natureza e a liberdade conforme a qual viviam os índios americanos. Esse espírito puro (“os índios são claros e bons como a luz do dia, e simples como as mariposas”²⁵) seria aprisionado pelo invasor, torturado, explorado. A dominação espanhola seria, desde o seu trágico começo, qualificada como crime. Mas os espanhóis não foram apenas assassinos: foram ardilosos. Seu maior trunfo foi colocar americanos contra americanos, dividir um espírito puro contra si próprio. Martí conta a história da índia mexicana que abraçou os joelhos do padre Las Casas à porta de seu templo, chorando, porque mataram seu marido, “e logo viu Las Casas que eram índios os sentinelas que os espanhóis mandaram”, e os índios obedeciam “porque assim mandavam os que os açoitavam”. A “herança da fragmentação” era firmemente combatida por Martí no pensamento americano. “Cortez conheceu as rivalidades dos índios que tinham ciúmes uns dos outros, foi separando seus povos acovardados, ganhou-os com presentes ou aterrorizou com ameaças os débeis, encarcerou ou assassinou os justos e os bravos”²⁶. Os colonizadores triunfaram em cima das rivalidades das tribos americanas. A maior crueldade da dominação espanhola fora colocar irmãos contra irmãos, nações que tinham a mesma “essência”, o mesmo “espírito”, em desunião. Através da afirmação de uma identidade autóctone exclusivamente americana, Martí reafirma seu pensamento anticolonialista: sentir-se americano resulta em batalhar pela América, e em “não permitir que pisem nela os homens que a maltratam”.

Por fim, há uma lição de luta a ser aprendida com um povo do outro lado do mundo. No artigo “Um passeio pela terra dos anamitas”²⁷, Martí conta a trajetória deste povo, os anamitas²⁸, que passou da dominação chinesa para a dominação francesa, mas, por se orgulhar de sua cultura e preservar suas tradições, renova as forças para uma luta contra aqueles que os oprimem. Quanto aos franceses, dizem que “agora são nossos amos, mas amanhã, quem sabe!”. Os anamitas estavam cansados, e “a isso chegam os povos que se cansam de se defender: a andar como as bestas das carruagens de seus amos (...). Os povos

pequenos têm muito trabalho para viver”²⁹. No entanto, quando vão ao teatro para ver encenadas as histórias das batalhas, ou aos templos, para ouvir as histórias dos santos do país, voltam calados. Se algum francês lhes pergunta algo, dizem “não sei”, e se algum dos seus lhes fala algo em segredo dizem “quem sabe?”.

A narrativa condena o despotismo chinês em relação a Anam, pois “faz dois mil anos que os anamitas estão se defendendo dos chineses”, que os haviam chamado de “queridos irmãos”, mas “logo entrou em sua terra, e quis mandar, como dono”. Os comerciantes chineses são ilustrados como aqueles homens corados e gordos, de grandes bigodes, que morrem por comer e beber demais, e são carregados para todos os lados nos carros puxados não por animais, mas por anamitas. Condena também o imperialismo francês, que havia ajudado os habitantes de Anam a derrotar os chineses, mas, depois disso,

[...] quem mandava mesmo eram os franceses, que queriam para si todo o país, e tiravam tudo de Anam para colocar o que era seu, até que Anam viu que aquele amigo de fora era perigoso, e valia mais estar sem o amigo, e começou uma luta da terra, que ainda sabia lutar; (...) mas o francês é de outro mundo, que sabe mais de guerras e de modos de matar; e povoado a povoado, com o sangue à cintura, iam tirando o país dos anamitas.

Pode-se perceber que o anticolonialismo de Martí não é dirigido apenas à Espanha, mas a qualquer país que pretenda exercer um domínio sobre outro, tirando-lhe a sua liberdade. A Europa aparece, no trecho, como um “outro” mundo, mais violento, que já tem uma prática na guerra e nos “modos de matar”. No final do século XIX, a política imperialista era a tônica das relações exteriores de potências como a França, Inglaterra e Alemanha, em relação a povos “mais fracos”, como os da Ásia e África. Dessa forma, o anticolonialismo de Martí se revela, também, como anti-imperialismo, sendo ambas forças inimigas da liberdade dos povos. No entanto, não se restringe apenas à Europa: este alerta, quanto ao perigoso “amigo de fora”, pode ser transportado para o caso dos Estados Unidos, que cada vez mais seduzia a América (e Cuba), com tratados comerciais, mas que, segundo Martí, tinha intenções que destruiriam a nova liberdade na América.

Nesta narrativa, o povo anamita pode ser um exemplo para o povo americano: em uma derrota considerada apenas como temporária, esta nação se fortalecia através da valorização de sua própria cultura, suas realizações arquitetônicas, sua religião, sua música, seu teatro, e sua história. Esta seria a “cura” martiana, o primeiro passo para a criação ou fortalecimento de uma consciência americana.

O ESPÍRITO AMERICANO

Na historiografia do século XIX, então preocupada com a afirmação de Estados em reestruturação (França) ou recém-formados (Alemanha, Itália), é importante a presença da idéia filosófica de “Volksgeist”, um termo que conota o princípio produtivo de caráter espiritual ou psíquico operante em diferentes entidades nacionais e manifesto em diferentes criações, como linguagem, folclore, moral e ordem estatal. A noção de que o povo é possuidor de um sentimento que o torna único, uma unidade metafísica, será vital para os nacionalismos nascentes. O povo francês é francês desde os gauleses, afirmará Michelet. O grande interesse na história de povos pré-cristãos, como os germanos, sua literatura, sua mitologia, característico desse período e do movimento romântico, é também parte desse interesse, pois a volta às origens é resultado da busca por uma identificação nacional. De fato, como uma reação ao espírito iluminista de desprezo à história (sobretudo à da Idade Média ou à de povos “primitivos” – como os ameríndios), que tecia projetos para uma sociedade racional e iluminada, regida pela razão, “o Romantismo representa uma nova tendência para encontrar um valor e um interesse positivos em civilizações muito diferentes em relação à sua (...) os românticos admiravam e simpatizavam com estas e outras realizações do passado, porque reconheciam nelas o espírito do seu próprio passado, válido para eles, por ser deles”³⁰.

Não seria necessariamente o caso afirmar que José Martí se tratava de um romântico. A discussão no cenário intelectual latino-americano em fins do século XIX tomava outros rumos: o da necessidade de modernização das repúblicas nascentes. Nesse âmbito, Martí é um modernista, extremamente preocupado com o futuro da nova América, com um plano político eficaz, comprometido com a verdade e a justiça, em nada submetido às grandes potências, combatendo qualquer tipo de colonialismo (do velho ou do novo tipo). Como comenta Eugênio Rezende de Carvalho, Martí tinha a consciência de que aqueles povos que não se preocupavam em assumir e defender sua própria identidade estariam condenados a desaparecer em um curto espaço de tempo, ou, quando muito, a se tornarem depositários e reprodutores fiéis de tradições e valores culturais alheios. Daí a sua originalidade em relação à intelectualidade do período, que pensava o desenvolvimento da América em moldes europeus ou norte-americanos. O valor autóctone da cultura americana, cheia de cores, pulsante de vida, resistente à tirania espanhola, não poderia ser relevado – renegá-lo seria um crime. A existência de uma raça e um povo americano está ligada à

existência de um espírito americano, que o escritor, constantemente, evoca através de sua poesia, e em que confia para a libertação da América.

Esse tipo de preocupação com o resgate das raízes histórico-culturais, com a afirmação de determinadas “tradições”, foi bastante recorrente entre a intelectualidade de alguns países da Europa nas últimas décadas do século XIX. O contato com sua obra nos faz crer que, por ser informado, e interessado, sobre tudo o que se passava na Europa de sua época, Martí teria conhecido e partilhado desse tipo de preocupação³¹.

No pensamento latino do século XIX havia uma tendência dominante de recorrer a ideais estrangeiros de civilização nos quais basear sua “solução” para os problemas da América – seu ideal utópico. Mas, segundo Martí, “nem o livro europeu, nem o livro ianque davam a chave para o enigma hispano-americano”³². Neste cenário intelectual, dominava também um pensamento racista, que culpava, pelo atraso das nações americanas, além do passado e da herança colonial, a mestiçagem. Um sangue impuro, “misturado” à indolente raça indígena ou à bruta raça negra, seria responsável pela indolência e brutalidade dos povos americanos. Martí sempre fora incisivo em relação aos difusores desse pensamento, os inimigos de nossa América, os “enganadores”, anti-heróis e traidores:

Os que não acreditam em sua terra são homens deficientes.(...) É preciso acabar com esses insetos daninhos, que roem o osso da pátria que os nutre. Se são parisienses ou madrilenhos, que vão para o Prado, com seus lampiões, ou a Tortoni, com seus sorvetes. Estes filhos (...) que se envergonham de levar indumentária indígena, da mãe que os criou, e que renegam - velhacos! – a mãe doente e a deixam sozinha no leito da doença! Pois, quem é o homem? o que fica com a mãe, para curar-lhe a doença, ou aquele que a faz trabalhar onde não a vejam, e vive de seu sustento nas terras apodrecidas, rodeado pelos vermes, maldizendo o seio que o embalou e levando a pecha de traidor nas costas da casaca improvisada?³³.

Em “La Edad de Oro”, a maior preocupação de Martí é mostrar às crianças que o que é originário da América é bom, e que não deve ser rejeitado, mas sim abraçado e usado como bandeira; buscar despertar nelas uma paixão pelo belo, pelo bom, pelo útil, pela pátria e pela liberdade, e mostrar como isso tudo está refletido na história e no “espírito” americano. No artigo intitulado “As Ruínas Índias”³⁴, Martí faz apologia à cultura, aos feitos, à arquitetura, à arte, à mitologia e religião dos povos indígenas pré-colombianos. “Tudo o que pertencia a esse povo era interessante, atrevido, novo”³⁵. Credita-lhes não atraso cultural, mas novidade e originalidade artística. Através da valorização da história pré-colombiana, ele nega a dita inferioridade da raça indígena. “Não existe poema mais triste e mais belo que se pode tirar da história americana”³⁶. Ao ler os livros antigos “não parece que se lê um livro de

folhas amarelas, onde os esses são como os efes e se usa com muito cuidado as palavras, mas se vê morrer um quetzal, que solta seu último suspiro ao ver sua cauda destruída”³⁷.

Nos livros antigos há “heróis, e santos, e apaixonados, e poetas, e apóstolos”. O autor cobre de valor todas as realizações materiais dos povos do México, os astecas e os maias, pois fizeram “pirâmides maiores que as do Egito; façanhas daqueles gigantes que venceram as feras; batalhas de gigantes e homens”³⁸. Lá havia reis justos, como Netzahualpili, que primava pela ordem e castigava os que não a cumpriam; havia oradores eloqüentes como Xicotencal, que rogava em lágrimas ao povo para que não deixasse os espanhóis entrarem no reino; havia Netzahualcoyotl, poeta-rei que erguia templos magníficos para o seu Criador. “Em Tenotchitlán, era como se fosse manhã todo o dia”. Os templos de Uxmal são obras de arte verdadeira, são como jóias. A densa descrição dos monumentos e das histórias, a apologia poética das imagens perdidas, aponta para uma conclusão óbvia: a raça americana é capaz de realizações as mais extraordinárias – sem a influência externa. O indivíduo não deve se envergonhar em ser Americano, e sim sentir grande orgulho dos grandes feitos de seus heróis e da grande originalidade e beleza de seu passado. Este povo não poderia ser inferior a nenhum outro, mas suas obras, como uma representação primeira do espírito americano, deveriam ser louvadas: “Quem trabalhou no encaixe das estátuas de Chichen-Itzá? Aonde foi o povo forte e sensível que idealizou a casa redonda do Caracol; a casinha da Casa das Monjas em Uxmal? Que história tão linda a história da América!”³⁹.

Martí renega a teoria racista. No texto “Três Heróis”, falando a respeito do clérigo Hidalgo, diz que era um homem da raça boa. Não existem, portanto, homens de raça inferior ou superior, existe a raça boa e a raça má. “Os que querem saber são da raça boa, os que não querem saber são da raça má”. Posteriormente, afirma: “não há ódio entre raças porque não há raças”⁴⁰ – existem somente as “raças de livraria”, inventadas por aqueles que desdenham a América. Explicará a diferença entre as civilizações no texto “A história do homem contada por suas casas”⁴¹, no qual, a partir da concepção universalista da história no século XIX, mostrará como os homens de diferentes partes do mundo (Europa, África, América) construíram as suas moradias da mesma maneira, e tiveram as mesmas idéias, sem que um ou outro fosse o mais evoluído.

Estudando se aprende isso: que o homem é o mesmo em todas as partes, e aparece e cresce da mesma maneira, e faz e pensa as mesmas coisas, sem mais diferença do que a terra em que vive, porque o homem que nasce em terra de árvores e de flores pensa mais na formosura e no adorno, e tem mais coisas a dizer do que o que nasce em uma terra fria, onde vê o céu escuro⁴².

A diferença, portanto não é física, mas de espírito. Busca esclarecer a falácia da inferioridade racial americana para as crianças, pois desejam que elas sejam “homens da América”, que não se divorciem da sua terra. Evoca o orgulho do *ser* e do *sentir-se* americano através da sua história. No entanto, toda esta poesia agora é apenas memória. Os monumentos, embora façam parecer que “ainda pulsa sangue nas veias daqueles que os construíram”, são apenas ruínas. “A cidade de Chichen-Itzá é como um livro de pedra, um livro partido, com as folhas pelo solo, fundidas na erva do monte, manchadas de fango, despedaçadas”⁴³.

De toda aquela grandeza apenas restam no museu alguns vasos de ouro, umas pedras de obsidiana polida, e um ou outro anel lavrado! Tenochtitlán não existe. Não existe Tulan, a cidade da grande feira. Não existe Texcuco, o povo dos palácios. Os índios de agora, ao passar por diante das ruínas, baixam a cabeça, movem os lábios como se dissessem algo, e enquanto as ruínas não ficam para trás, não colocam o seu chapéu. De todos esses povos [...] não restou depois da conquista nenhuma cidade inteira, nenhum templo inteiro⁴⁴.

O crime da dominação espanhola foi responsável por destruir todo este mundo lindo, perdido, da primeira América pura e original. Trezentos anos se passaram sem que os homens tivessem liberdade. Aqueles primeiros povos, tão originais e inovadores, eram hoje um arremedo de povo, cansado, explorado, uma “massa emudecida de índios”. Sua poesia, sua vida se desbotou, abandonada como as ruínas.

Os conquistadores roubaram uma página do Universo. Aqueles eram os povos que chamavam a Via Láctea “o caminho das almas”; para quem o Universo estava cheio do Grande Espírito, em cujo seio se encerrava toda a luz do arco-íris coroado como de um penacho, rodeado, como de colossais faisões, de cometas orgulhosos, que passeavam por entre o sol dormido e a montanha imóvel do espírito das estrelas; povos que não imaginaram, como os hebreus, a mulher feita de um osso e o homem feito de lodo, mas ambos nascidos ao mesmo tempo da semente de palmeira!⁴⁵

No entanto, este espírito adormecido estava despertando lentamente, e não se deixaria aniquilar. A independência das repúblicas americanas havia inaugurado uma nova era para a América. Graças aos heróis da libertação, a América voltara a ser do homem americano – a chama do espírito americano voltara a brilhar. Desdenhando os seus elementos naturais, “subiram os tiranos da América ao poder: e caíram (...). As repúblicas purgaram nas tiranias sua incapacidade para conhecer os elementos verdadeiros do país”⁴⁶. Se a velha América desaparecera, destruída pelo domínio espanhol, a nova América haveria de surgir. O

espírito novo despertava na nova geração que levaria a cabo o projeto da nova América: a América da liberdade; a América original que não se envergonhava de suas origens e não importava soluções de outras realidades; a América da natureza que vencera o livro importado; a América da resistência contra imperialismo do “gigante de sete léguas” e seu desdém e desrespeito, da luta brava contra o domínio espanhol, o tigre que haveria de morrer soltando faíscas pelos olhos; a América do futuro. O projeto americanista de Martí difere dos outros de sua geração, ao abraçar uma modernidade de bases autóctones, baseada na especificidade do seu ser americano.

O IDEAL AMERICANO

Defendo que “La Edad de Oro” é uma obra que se encontra inserida no plano americanista, pois visa a formação de um ideal americano, um sentimento de identificação, o *ser* e *sentir-se* americano através do contato com a sua História e suas lições, na nova geração (as crianças). O discurso histórico da obra aponta para esta direção. A história da América não é menor que a da Europa: é bela, original, e é nossa. Portando a concepção tradicional de “história, mestra da vida” (em que a História tem as suas lições a ensinar ao presente, para construir um futuro melhor), ao exemplo dos grandes homens que lutaram pela liberdade, com o conhecimento do espírito criativo e original dos primeiros povos, e o esclarecimento do horror e crueldade da conquista e dominação espanholas, as crianças estariam prontas para lutar pela nova América e construir a nova América. O discurso histórico é o principal elemento na constituição da identidade nacional. Há, no entanto, um outro aspecto de “La Edad de Oro”, aliado tanto à especificidade do estilo literário (literatura infantil) quanto ao projeto americanista de Martí: a preocupação moral. O exercício da cidadania fará a transição entre o sentir a América e fazer a América. A educação tem um papel fundamental na conscientização e formação do caráter (educação da mente e do espírito), e a esfera prática, assim como a história, também dependerá de exemplos (no discurso literário) de postura moral e de exercício do bem, para ensinar as crianças como deverão agir para construir esse novo mundo.

Para Martí, as crianças deveriam ser criadas como “homens da América”, ou seja, era necessário despertar nas crianças o sentimento de pertencimento, de identificação com uma realidade americana – de amor por aquelas “dolorosas repúblicas americanas” que elas ajudariam a reparar. Para tanto, o recurso mais utilizado é o da narrativa histórica. O mais importante fator de identificação, para o autor, é a história. Além disso, a história tem uma

função social: “A história da América, dos incas até hoje, deve se ensinar a dedo, mesmo que não se ensine a dos arcontes da Grécia. Nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. É-nos mais necessária”⁴⁷. Para Martí, a história americana é um conhecimento vital para a compreensão do que é o homem americano, o “homem natural”, pois não se pode pretender construir um futuro para a América com base em realidades sociais outras que não a própria americana. É através do estudo da história americana que se compreende o caráter americano, o que é a chave para a construção de uma sociedade moderna.

“La Edad de Oro” penso é um material fascinante, em que a narrativa literária, na maioria das vezes, dialoga com uma visão histórica específica do século XIX, travestindo-se de verdade universal tanto quanto o discurso histórico que ilustra. Ao narrar a trajetória dos grandes heróis da libertação da América, do Padre Las Casas, ao exaltar a beleza das antigas ruínas pré-colombianas, Martí constrói um discurso literário transparente na sua historicidade e no seu objetivo: evocar uma consciência de cidadania e de pertencimento nas crianças da América. Ana Maria Elizagaray ressalta que qualquer tipo de valorização que se pretenda fazer sobre “La Edad de Oro” deve levar em consideração as circunstâncias políticas com que esteve associada, ressaltando que a obra não é “um parênteses, mas um ponto focal de seu pensamento revolucionário”. Seu lúcido propósito se manifesta em uma carta escrita ao seu amigo mexicano, Manuel Mercado, de 3 de agosto de 1889, na qual expressa que:

(La Edad de Oro) deve ser para que ajude ao que eu quisera ajudar, que é encher nossas terras de homens originais, criados para serem felizes na terra em que vivem, e viver conforme ela, sem divorciar-se dela, nem viver infecundamente nela, como cidadãos retóricos, ou estrangeiros desdenhosos nascidos por castigo nesta outra parte do mundo. O adubo pode se trazer de outras partes; mas o cultivo se deve fazer conforme o solo. Devemos criar nossas crianças como crianças de seu tempo, e homens da América. – Se não tivesse em meus olhos essa dignidade, não teria entrado nesse empreendimento⁴⁸.

Na mesma carta, Martí defende “que se pode publicar um periódico infantil sem cair da majestade a que deve procurar alçar-se todo homem”. Vemos, portanto, que longe de se tratar de uma curiosidade, “La Edad de Oro” é uma obra vinculada à sua proposta americanista, inovadora em vários aspectos, pois além de sua preocupação pedagógica explícita, característica da literatura infantil, preocupa-se com a valorização do elemento americano em oposição ao discurso intelectual corrente de culto ao ideal europeu ou norte-americano de civilização, com o objetivo de apresentar um discurso identitário de caráter moral e histórico, para o autor, fundamental para o futuro da América.

Nota-se imediatamente que Martí está preocupado com aqueles que irão constituir a América do futuro: as crianças. Preocupado, talvez, com as idéias dos meios intelectuais americanos sobre o caráter americano, de inferioridade da raça latina e do seu elemento autóctone, o autor tentará deixar claro para as crianças que o que é original da América é bom, e que elas deverão viver “conforme a terra, sem divorciar-se dela”, como tantos já haviam feito. Os que buscam as soluções livrescas são “cidadãos retóricos” (os “redentores bibliógenos” de Nuestra América), e os que não acreditam no futuro da América, buscando ideais exógenos, são “estrangeiros desdenhosos nascidos por castigo nesta outra parte do mundo”. Não era contrário, evidentemente, a que as crianças aprendessem a cultura e literatura de outros países. Em “La Edad de Oro” há contos e poemas autores europeus (Andersen, LaBoulaye) e norte-americanos (Emerson, Hunt Jackson), além de uma resenha do clássico “A Ilíada” e um artigo sobre a precocidade de vários artistas europeus (“*Músicos, Poetas e Pintores*”). “O adubo pode se trazer de outras partes”, diz Martí a Mercado, “mas o cultivo se deve fazer conforme o solo”. Em “*Nuestra América*” exclamou: “Enxerte-se em nossas repúblicas o mundo, mas o tronco há de ser de nossas repúblicas”. Seria inútil inculcar nas crianças todas as grandes maravilhas da Europa e dos Estados Unidos, se aquilo que elas aprenderem não lhes servisse para valorizar e saber utilizar aquilo que lhes é natural. O que Martí defende não é que se expurgue toda e qualquer idéia estrangeira, mas combate ferrenhamente a idéia corrente na época de que as fórmulas deveriam ser trazidas de fora.

No contexto intelectual latino do século XIX é que podemos perceber Martí como figura singular: enquanto boa parte de seus contemporâneos se detinha nos ideais de cultura e civilização influentes (britânico, francês e norte-americano), o autor cubano valorizava a originalidade latina, pressupondo a existência de um “povo” ou “espírito” americano. No discurso americanista do século XIX, a intelectualidade latina, obstinadamente, diagnosticava a América como “enferma”. Favorizava-se o ideal exógeno de civilização, e muitos dos projetos de unidade e/ou reformas utópicas da América Latina estabeleciam comparação com uma realidade mais “evoluída”. A cura para a “enfermidade” da América seria possível através da utilização de fórmulas e ideais provenientes daquelas sociedades mais “evoluídas” – a cura resultaria no progresso, que seria realizado através do exemplo. Para Martí, em seu pensamento a um tempo anticolonialista, anti-imperialista e nacionalista, ressaltando que a nação americana deve ser construída a partir da realidade americana e não contra ela, fazendo frente ao domínio espanhol e à ameaça imperialista dos Estados Unidos.

No campo da intelectualidade do século XIX, em que a atuação cívica dava a tônica do discurso, “La Edad de Oro” se insere como manifestação típica de uma época e de um pensamento modernizante. A visão de história na obra é idealista e romântica, típica do paradigma oitocentista da verdade inerente ao discurso, bem como de progresso e evolução da civilização. O papel do herói é central para o cumprimento do devir histórico, que é o reino da liberdade na América e no mundo. Esta visão de história narrativa, como uma espécie de providencialismo da modernidade, foi problematizada no século XX, quando passou a se considerar a história como um discurso construído. No entanto, é na valorização do elemento americano que Martí poderá dizer algo ao nosso século XXI. No cenário do pensamento americanista, a discussão suscitada por Martí permanece atualíssima. A importância legada à História da América em “La Edad de Oro”, como conhecimento vital para a compreensão das nossas próprias especificidades, não pode ser desmerecida.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Eugênio Rezende de. **Nossa América**: a utopia de um novo mundo. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.
- COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de História**. Lisboa: Perspectiva, 1970.
- ELIZAGARAY, Alga Marina. **Modernidad e transcendencia de La Edad de Oro**. Universidad de La Habana, La Habana, n. 219, p. 184-188, jan-abr 1983.
- FREITAS, Olga Sofia S. Santos. **Uma linda história da América**: um estudo sobre “La Edad de Oro” de José Martí. Monografia (Graduação) – Bacharelado. Universidade Federal do Maranhão, Curso, 2008.
- LE RIVEREND, Julio. **Breve historia de Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Soci-ales, 1995.
- MARTÍ, José. **A Idade de Ouro**: dedicada aos meninos da América. ADERALDO, Marisa Ferreira (coord.). Fortaleza: Forgráfica, 2006
- _____. **Ideário Pedagógico**. La Habana: Editorial Pueblo y Educacion, 1991.
- _____. **La Edad de Oro**. CENTRO DE ESTUDIOS MARTIANOS (org.). La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1989.
- _____. **La guerre de Cuba et le destin de l’Amérique Latine**. Paris: Aubier-Montaigne, 1973.

_____. Nuestra América. in GONÇALVES, Adelaide e SECRETO, Maria Verônica (orgs.). **José Martí: 1853-1895**. Fortaleza: Edições A CASA, 2003.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: EDUSP-EDUSC, 1999.

NOTAS

¹ MARTÍ, José. La Edad de Oro. CENTRO DE ESTUDIOS MARTIANOS (org.). La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1989; todas as citações em português desta edição (publicada em espanhol) são traduções minhas.

² COLLINGWOOD, 1970, p. 119

³ MARTÍ, op. cit., 1989

⁴ PRADO, Maria Ligia Coelho. A formação das nações latino-americanas. Campinas: Atual, 1987, p.16

⁵ MARTÍ, op. cit., 1989

⁶ Ibid

⁷ Ibid

⁸ Ibid

⁹ Ibid

¹⁰ Ibid

¹¹ Ibid

¹² Ibid

¹³ Ibid

¹⁴ Ibid

¹⁵ Ibid

¹⁶ Ibid

¹⁷ MARTÍ, op. cit., 2003

¹⁸ MARTÍ, op. cit., 1989

¹⁹ Ibid

²⁰ Ver o artigo de Eugênio Rezende de Carvalho, '*A presença do krausismo nos meios intelectuais cubanos da segunda metade do século XIX*'. In: ALMEIDA, Jaime, CABRERA, Olga, e ZAVALA, Maria Teresa C. (orgs). Cenários caribenhos. Brasília: Paralelo 15, 2003.

²¹ A respeito da filosofia universalista e idealista de Martí, ver Christopher Conway '*José Martí and the Haymarket murders*', The Limits of Analogy: José Martí and the Haymarket Martyrs. A Contracorriente, v. II, n. 4, Outono 2004. <<http://www.ncsu.edu/project/contracorriente/>>; Eugênio Rezende de Carvalho '*A relação homem-natureza em José Martí*', <<http://www.ifch.unicamp.br/anphlac/anais/encontro4/ensaiob9.htm>>; e Guillermo Castro, '*José Martí: para una cultura latinoamericana de la naturaleza*', Revista Polis, v. II, n.4, 2004. Disponível em: <<http://www.revistapolis.cl/7/cast.htm>>

²² MARTÍ, op. cit., 1989

²³ Ibid

²⁴ Ibid

²⁵ Ibid

²⁶ Ibid

²⁷ Ibid

²⁸ Anamitas: habitantes de Anam, que é o atual Vietnam.

²⁹ MARTÍ, op. cit., 1989

³⁰ COLLINGWOOD, op. cit, p.119

³¹ CARVALHO, op. cit, 2001, p.32

³² MARTÍ, Nuestra América. in GONÇALVES, Adelaide e SECRETO, Maria Verônica (orgs.). **José Martí: 1853-1895**. Fortaleza: Edições A CASA, 2003.

³³ Ibid

³⁴ MARTÍ, op. cit., 1989

³⁵ Ibid

³⁶ Ibid

³⁷ Ibid

³⁸ Ibid

³⁹ Ibid

⁴⁰ MARTÍ, op. cit, 2003

⁴¹ MARTÍ, op. cit, 1989

⁴² Ibid

⁴³ Ibid

⁴⁴ Ibid

⁴⁵ MARTÍ, José. La guerre de Cuba et le destin de l'Amérique Latine. Paris: Aubier-Montaigne, 1973

⁴⁶ MARTÍ, op. cit, 2003

⁴⁷ Ibid

⁴⁸ MARTÍ, op. cit, 1989